

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2023 a 30/04/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/12

44.2023	Sessão Ordinária - CD	11/04/2023-14:56
Publ.: DCD - 4/12/2023 - Zé Neto-PT -BA		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Balanço positivo dos 100 primeiros dias do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em 100 dias de Governo, há uma mudança extremamente notável no Brasil! O Brasil volta a pensar em Estado, e pensar em Estado de forma, eu diria, ampla: o Estado em que nós podemos dialogar, ouvir inclusive os opositores; sentar para pensar numa saída econômica, que não é só de governo; trazer para a pauta novamente — como nós estamos aqui a discutir para decidir a situação — a reforma tributária; elaborar um arcabouço fiscal e dizer que ele está aqui para o Congresso falar sobre o que pensa; e ver os nossos Ministros, todos eles, aqui no Parlamento, dialogando, conversando e vindo para as Comissões sem nenhuma dificuldade.

Agora pela manhã, inclusive, a Presidenta da Caixa Econômica, a Rita, estava lá conosco participando da Frente Parlamentar, ouvindo, conversando e dialogando com todos os Deputados de forma muito tranquila. Lá também nós conversamos com o Alckmin, fomos ao Haddad e trouxemos o Reginaldo para debater os assuntos todos que devem ser tratados com clareza.

Este pensamento de Estado é o pensamento de um País que se reinclui no mundo. O País volta para o mundo, que vê a necessidade, por exemplo, de que, aqui no Brasil — no mundo já é assim —, haja um mercado consumidor com muito mais respeito e grandeza do que aquele que foi visto nos últimos 6 anos, quando o mercado financeiro deu as regras da economia, suprimindo os interesses do mercado produtivo, do mercado consumidor, da indústria brasileira, do setor produtivo nacional tanto do campo como da cidade, do setor de serviços, e houve uma priorização totalmente descabida de interesses econômicos internacionais financeiros apenas. Não é que não se precise de mercado financeiro. Ele é importante, mas, mais importante do que o mercado financeiro, é o mercado consumidor, no qual nós construímos um caminho de

prosperidade, de consumo, de produtividade, de qualidade de vida, de geração de emprego e renda.

E, nesses 100 dias, é isso que está colocado na pauta. Nós dizemos que o Brasil voltou, porque o Estado voltou a funcionar, a ouvir, a buscar caminhos e entendimentos e a servir melhor a nossa gente, cuidando mais dela.

Documento 2/12

44.2023

Sessão Ordinária - CD

11/04/2023-15:36

Publ.: DCD - 4/12/2023 - Rogéria Santos-REPUBLICANOS -BA

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância de esclarecimento ao povo brasileiro das propostas governamentais relativas ao novo arcabouço fiscal e à reforma tributária.

A SRA. ROGÉRIA SANTOS (Bloco/REPUBLICANOS - BA. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, demais colegas.

Eu trago hoje aqui, como sempre, uma reflexão. Nas últimas semanas, nós temos visto a equipe econômica do Governo, que tem, sim, se concentrado em levar adiante duas propostas consideradas cruciais para o desenvolvimento da economia do nosso País. É interessante que o novo arcabouço fiscal tenha como objetivo permitir que o Governo faça gastos, invista em programas sociais, em obras, porém sem perder o controle da dívida pública. Para isso, esse próprio arcabouço prevê algumas obrigações, e eu trago essa temática aqui hoje para que o nosso povo que está lá na ponta, em especial o povo da Bahia, possa entender o que é arcabouço fiscal, o que é reforma tributária, porque por muitas vezes, senhores, o nosso povo que está na ponta não entende o que está sendo tratado nesta Casa, não entende o que está vindo de propostas para esta Casa e os debates sobre as temáticas.

Então, a nossa intenção aqui é tornar essa temática clara e transparente, para que você, cidadão brasileiro que está lá na ponta, no seu Município mais longínquo, em cada cantinho desta Nação, possa entender, sim, a proposta do arcabouço fiscal e da reforma tributária.

Assim sendo, a própria reforma tributária traz uma expectativa de melhorar o ambiente de negócios e aumentar a arrecadação. Isso é o pretendido.

O Ministério da Fazenda inclusive informou, durante estes dias — peço ao Sr. Presidente que estenda o meu tempo por mais 30 segundos — que o Governo

precisará incrementar, antes de tudo isso, a arrecadação em algo mais ou menos em torno de 150 bilhões de reais ainda neste ano, para poder conseguir completar e cumprir as regras do arcabouço.

Dessa forma, eu gostaria de passar para você, povo da Bahia, você que tem visto hoje aqui uma temática em que se ouve sobre reforma tributária, arcabouço fiscal, saneamento, em meio a uma confusão generalizada nas escolas brasileiras. Aqui, eu falo pela Bahia, falo pelo Rio de Janeiro, também minha terra natal, onde hoje as escolas amanheceram em esquema de alerta, com ameaças de massacre. Sabe-se lá se são *fake news* ou não, mas são ameaças.

Portanto, Brasil, vamos prestar atenção, porque tudo isso cabe a mim e a você, enquanto cidadão, meditar, refletir, prestar muita atenção no que está acontecendo no Brasil.

Sr. Presidente, por favor, peço a V.Exa. que seja veiculado o meu discurso nos meios de comunicação da Casa.

Documento 3/12

44.2023	Sessão Ordinária - CD	11/04/2023-18:16
Publ.: DCD - 4/12/2023 - Ivan Valente-PSOL -SP		
BREVES COMUNICAÇÕES		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso dos primeiros 100 dias do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Impasse ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro, gerado pela política de juros altos praticada pelo Banco Central do Brasil. Importância de realização da reforma tributária e de aprovação de novo arcabouço fiscal.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Marcos. Obrigado, Deputado Pompeo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falando rapidamente sobre os 100 dias de Lula na Presidência, eu queria fazer um marco divisório entre esses 100 dias e os 4 anos anteriores: civilização e barbárie.

Foram 4 anos de barbárie, morte — 700 mil mortes pela COVID —, destruição do meio ambiente, destruição da política internacional, isolamento. O País virou párea internacional, virou párea ambiental. Tudo isso acompanhado de uma política de armamento da população, de destruição da escola pública no

nosso País e de todas as áreas.

O outro tem posição diferente, que é resgatar o aumento real do salário mínimo, resgatar o Mais Médicos, mostrar que o Bolsa Família poderia ser muito maior, porque lá trás eram 200 reais, agora são 750 reais, e assim por diante. E foi importante a aprovação da PEC da Transição aqui no nosso País.

Então, é óbvio que mudou muito e mudou para melhor. Mas existe uma insatisfação, porque quem comanda o País é o capital financeiro. Então, nós estamos vivendo, neste País, a seguinte questão. Há uma taxa de juros de 13,75%, e não se pode falar de forma diferente, mesmo que seja um Prêmio Nobel de Economia dizendo que é suicídio político essa taxa de juros, mesmo que seja o chefe do Plano Real dizendo que isso é um absurdo, porque acaba com qualquer projeto de investimento, de crescimento, de geração de emprego e de renda, e mostrando que, com a manutenção dos juros altos, vai haver, na verdade, aumento de inflação, ao contrário do que se diz todo dia aqui.

E a unanimidade da mídia brasileira diz que só tem um caminho para a economia do País, que é fazer ajuste fiscal. Ao contrário, nós não podemos colocar camisa de força nos governos com um crescimento que não pode passar de 1%, 2%. Estamos há 40 anos com um projeto neoliberal no nosso País, que cresceu, da década de 30 até a década de 80, de 7% a 10% ao ano. Nós estamos metidos numa camisa de força, e se quer continuar nela. E essa é a lógica de toda a mídia, de todos os comentaristas.

Por isso, nós vamos discutir nesta Casa se...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Para concluir, eu queria falar da reforma tributária e do marco fiscal.

Nós estamos precisando é de uma lei de responsabilidade social. Nós temos que colocar os pobres no Orçamento da República. Nós temos que garantir cidadania ao nosso povo, educação, saúde, saneamento e assim por diante. É disso que o Brasil precisa e não de mais neoliberalismo.

Obrigado.

Documento 4/12

44.2023	Sessão Ordinária - CD	11/04/2023-18:40
Publ.: DCD - 4/12/2023 -	José Guimarães-PT -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aspectos do pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido ao ensejo do transcurso dos 100 primeiros dias do seu governo. Inexistência de motivos para a manutenção de juros altos pelo Banco Central do Brasil. Significado estratégico da viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China. Confiança na reconstrução do País pelo governo petista.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu preparei um pronunciamento por escrito. Não vou lê-lo, entretanto, porque o tempo não é suficiente para que eu apresente neste pronunciamento as ideias-forças que sustentaram o balanço dos cem dias do nosso Governo, um Governo de união e reconstrução nacional.

Eu quero solicitar ao serviço de Taquigrafia que registre este pronunciamento nos Anais desta Casa.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Sr. Presidente, pela ordem...

Ele está citando informações que não...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. Bloco/REPUBLICANOS - SP) - A palavra está garantida ao orador à tribuna.

Depois, V.Exa. faz a questão de ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Que absurdo isso, Presidente!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - O que é isso? Que coisa mais fora de eixo, não é?

Enfim, como eu estava dizendo, Presidente, vou solicitar que o pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa, porque é longo, e vou apenas fazer os seguintes comentários, que estão contidos nessa minha fala, que traz um pouco do retrato do balanço dos 100 dias de um Governo de união e reconstrução do País. Peço, portanto, que seja registrado.

Sras. e Srs. Parlamentares, é importante destacar três questões que para mim são muito relevantes do ponto de vista do significado do dia de ontem, quando o Presidente Lula fez um balanço dos seus 100 dias de Governo.

A primeira questão que é absolutamente central é exatamente o combate que foi feito e a sustentação que nós demos, a partir dos atos golpistas do dia 8, aos

pressupostos que sustentam o regime democrático brasileiro, a defesa do Estado de Direito e as instituições.

O Presidente Lula foi o maestro, juntamente com os Presidentes da Suprema Corte, do Senado e da Câmara, para pacificar o País e dizer em alto e bom som: ninguém ouse querer interditar o processo democrático brasileiro, a democracia brasileira. Esse foi um dos pontos fortes do balanço feito.

Nós temos efetivamente compromisso com a democracia. Não é só o Governo, mas foram os vários agentes minimamente comprometidos com a democracia que sustentaram o combate que fizemos sem tréguas aos atos golpistas do dia 8 de janeiro. Os que praticaram esses atos estão pagando a conta do ponto de vista da Justiça.

O segundo ponto alto da fala do Presidente no balanço foi a narrativa que se construiu a partir da reconstrução dos programas que haviam sido extintos, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, com um novo valor; o Bolsa Família, com o acréscimo de 150 reais; a nova política de valorização do salário mínimo; a retomada das campanhas de vacinação no País; a retomada das obras paralisadas. É um conjunto de ações que, se para alguns pode ser algo não tão importante, é decisivo para iniciar o processo de reconstrução de um conjunto de políticas públicas sem as quais o povo brasileiro não estaria tendo essa sensação de que tem Governo. Podem até discordar, mas o País tem a sensação de que tem Governo. As medidas estão sendo tomadas. E as medidas lançadas até hoje sinalizam que nós estamos no caminho certo.

O terceiro aspecto importante e que sinaliza futuro, sinaliza propostas que dão a certeza de que, nestes próximos 4 anos, nós vamos reconstruir o Brasil: o Presidente falou do novo papel dos bancos públicos. Isso é importante porque tem que haver crédito em abundância para investir, para fomentar a economia, para fazê-la girar. Falou do crédito e do papel do BNDES, do BASA, do BNB e dos bancos públicos, que precisa ser retomado. Banco público não é para entregar dinheiro para o Tesouro Nacional, como fez o BNDES. Banco público é para ser indutor do desenvolvimento e do combate à pobreza, fomentando o crescimento com geração de emprego e renda. Esse foi um dado muito relevante que o Presidente levantou.

Discutimos também, no balanço dos 100 dias, o novo papel da PETROBRAS. Ela é uma das maiores empresas do mundo e não pode servir apenas para promover permanentemente a alta dos preços dos combustíveis e distribuir dividendos para os seus acionistas. Ela tem que ter papel indutor, tem que ter papel estratégico no desenvolvimento, no crescimento e no investimento do País, porque é uma das empresas que mais gerou emprego e renda no passado para os brasileiros e as brasileiras.

A quarta medida que sinaliza para o futuro: o Governo vai apresentar — e o Presidente deixou isso muito claro — três missões, neste momento, no Congresso Nacional. A primeira delas é discutir a nova política fiscal do País,

sem comprometer os investimentos, especialmente na área social, para fazer com que este País cresça e se desenvolva, sem comprometer aquilo que é fundamental, que é a ampliação do investimento público. Combater a pobreza, tirar o Brasil do Mapa da Fome, garantir recursos para a saúde e para a educação, todas essas medidas que estão constitucionalizadas jamais entrarão na nova política fiscal que o Brasil começa a discutir. Isso é muito importante. Por isso virá a nova política fiscal do País, além da reforma tributária, que o Presidente deixou claro que é essencial. Essas medidas, como a reforma tributária e o novo marco fiscal, não vão ter impacto imediato este ano, mas geram um ambiente de credibilidade para que os resultados aconteçam no próximo ano.

É por isso, Sras. e Srs. Parlamentares, que V.Exas. estão vendo os dados divulgados hoje. Eu não levo muito em conta, por exemplo, quando a Bolsa sobe ou a Bolsa cai, mas é importante registrar um dado da economia no dia de hoje: a inflação, que justificava as altas permanentes das taxas de juros, cedeu. Portanto, não se justificam mais essas altas taxas de juros.

Os dados da nossa economia estão sinalizando estabilidade, confiança, porque o mundo começou a olhar para o Brasil e perceber que nós temos um ambiente de credibilidade, um ambiente de previsibilidade e um ambiente de segurança para o investidor vir aqui investir e fazer com que o Brasil retome o seu processo de crescimento.

Para terminar, Sr. Presidente, quero falar da viagem do Presidente à China. Muitos de nós fomos convidados, mas não pudemos ir por conta das emergências de que tínhamos que tratar hoje aqui, como a instalação da comissão para analisar as medidas provisórias e a construção de uma base política sólida aqui dentro. Mas a viagem do Presidente à China tem um significado estratégico, para além das relações comerciais, porque a China é a potência de maior relação comercial com o Brasil. Está-se redesenhando a geopolítica mundial, na qual o Brasil tem assento garantido, pois já foi até convidado pelo Japão para a reunião do G7.

Tenho certeza, Presidente Marcos Pereira, que tão bem preside esta sessão, meus pares desta Casa, de que o Brasil será reconstruído; de que o Brasil sairá do Mapa da Fome; de que nós vamos retomar os investimentos públicos em todas as áreas para gerar um ambiente de tranquilidade, um ambiente de diálogo, porque o ambiente que foi construído nos últimos 4 anos não serve à democracia.

Viva a democracia!

Parabéns ao nosso Governo, que muito me orgulha liderar nesta Casa, dialogando com todo mundo, conversando, respeitando, porque esta é uma Casa de respeito, de diálogo, e é com diálogo que nós vamos aprovar as matérias relevantes para o País e para este Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 5/12

44.2023	Sessão Ordinária - CD	11/04/2023-20:44
Publ.: DCD - 4/12/2023 -	Alexandre Lindenmeyer-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Reconstrução de políticas públicas pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Relançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida; do Programa Mais Médicos; do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; e do Programa Bolsa Família. Importância de realização da reforma tributária e de aprovação do novo arcabouço fiscal. Recolocação do Brasil no caminho virtuoso do desenvolvimento socioeconômico.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero aproveitar essa oportunidade para enfatizar que o Brasil voltou. E ele voltou de forma efetiva, na reconstrução de políticas públicas que geraram oportunidades de trabalho para o nosso povo, políticas públicas que construíram moradias, que construíram investimentos na área de saneamento, na área da construção civil, na pavimentação de vias, na construção de escolas e de unidades básicas de saúde.

Enfim, um conjunto de ações são retomadas através do novo Minha Casa, Minha Vida, através de liberações de recursos que são superiores àqueles valores liberados nos últimos 4 anos em termos de investimentos e que ultrapassam 20 bilhões de reais previstos para o ano de 2023. Na área da moradia, são mais de 10 bilhões de reais.

Há investimentos também na valorização dos profissionais e servidores públicos, com reajustes que, há mais de 7 anos, não ocorriam no nosso País. Ao mesmo tempo, há a retomada, com força, do Mais Médicos, para que nós possamos ter médicos nos mais variados recantos do nosso Brasil.

Há investimentos na agricultura familiar da ordem de mais de 5,5 bilhões de reais, através da renovação do Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE.

Quero mencionar ainda que, só nesse período de 3 meses, houve um aumento de mais 15 bilhões de reais nas reservas internacionais do País.

Foi proposto um novo arcabouço fiscal.

Uma reforma tributária será apresentada a esta Casa, e por certo retornará o investimento ao Brasil, colocando o povo mais pobre no orçamento.

Houve aumento na faixa de isenção do Imposto de Renda.

Ao mesmo tempo, houve a valorização do Bolsa Família, com o acréscimo de 150 reais por criança.

Mais de 600 milhões de reais foram investidos para que as filas do SUS nas cirurgias eletivas das diversas especialidades possam avançar.

Sr. Presidente, um conjunto de ações melhorarão o Brasil. Não é num estalar de dedos que tudo se resolverá, mas em 3 meses estamos começando a recolocar o Brasil num momento virtuoso de desenvolvimento social e econômico, dizendo não ao ódio, dizendo não à cisão do nosso povo, dizendo que vamos reconstruir o Brasil com união, que o Brasil voltou.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 6/12

46.2023	Sessão Ordinária - CD	12/04/2023-14:28
Publ.: DCD - 4/13/2023 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP		
BREVES COMUNICAÇÕES		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Retrocesso do novo arcabouço fiscal e da extinção do teto de gastos públicos. Falta de transparência de acordos bilaterais celebrados entre o Brasil e a República Popular da China. Pedido ao Presidente Arthur Lira de esclarecimento sobre a formação de blocos partidários.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Temos que fazer um grande alerta com relação ao que está acontecendo no desgoverno completo quanto à economia e também às relações exteriores.

O que nós vemos na economia? Romperam o teto de gastos. E qual é o substituto? Não há substituto. Quando não se tem um substituto, qual é a estabilidade e a previsibilidade que se dá para qualquer investidor, seja ele pequeno, médio, grande, nacional ou internacional? Zero, porque se sabe que a

inflação pode ser até maior do que o retorno que se espera para o investimento. Então, obviamente, nesse período, o que aconteceu? Todos os setores da economia estão estancados. Ninguém investe. Está todo mundo parado, esperando algum milagre do nosso sociólogo na economia.

O segundo ponto é o arcabouço fiscal que eles acabaram de apresentar. O que é esse arcabouço? É uma garantia de gastos! Não é corte de gastos, não é previsibilidade de gastos, é uma garantia de aumento de gastos. Além de ser uma garantia de aumento de gastos, é também uma garantia de que teremos imposto acima desses gastos para garantir o superávit, ou seja, é uma garantia de gastos e de aumento de impostos. Isso é estabilidade? Isso vai dar uma previsibilidade para o investidor? É claro que não!

Então, estamos diante de um retrocesso em relação à estabilidade que todo mercado precisa para investir.

Em cima dessa invisibilidade do que haverá adiante — existe uma névoa muito grave neste ano com relação à economia — ainda colocam uma reforma tributária. Eu imagino que qualquer investidor esteja fazendo contas e falando assim: *"Como é que eu vou ter retorno não sabendo qual é o sistema tributário, qual é a previsibilidade de inflação, qual vai ser a taxa de juros, que tipo de leis temos para segurar esse desgoverno, em que todos os Ministérios estão gastando e criando rombos todos os meses?"* O rombo será de 200 bilhões de reais mesmo ou será de 400 bilhões de reais? Acabamos de ver que há mais um "rombinho" aí de 7 bilhões de reais, que vem para acumular com o rombo da Previdência, que já está batendo 400 bilhões de reais. Lembro que a reforma da Previdência não foi uma reforma, foi um ajuste da Previdência e só desacelerou o rombo.

Vejam como estamos em franco desgoverno econômico. Não temos previsibilidade de nada.

Presidente, agora o nosso ocupante do Planalto está indo para a China, cortando acordos bilaterais. Não se sabe bem que tipos de acordos são esses. Sabemos que todos esses acordos que a China tem promovido são neocolonialistas.

Eu fico perguntando aos meus colegas no plenário: é isso que nós queremos para o Brasil? Queremos essa falta de transparência em todos os sentidos? É isso que nós queremos?

Temos quadros qualificadíssimos aqui no Legislativo. E o debate? O debate legislativo, que, de fato, é múltiplo, é plural, está sendo honrado? Aqui o Presidente Lira já está formando blocos, quem sabe até para querer atropelar o próprio Legislativo. Fica aqui a minha indagação até ao próprio Presidente Lira. Espero que ele se posicione nesse quesito.

Presidente, colegas, muito obrigado.

Documento 7/12

46.2023	Sessão Ordinária - CD	12/04/2023-15:56
Publ.: DCD - 4/13/2023 - Delegado Marcelo Freitas-UNIÃO -MG		
BREVES COMUNICAÇÕES		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Existência em 13 Estados brasileiros de maior número de beneficiários do Auxílio Brasil em relação ao número de trabalhadores formais. Necessidade da realização de reformas estruturantes do Estado brasileiro, especialmente da reforma tributária, com ênfase na simplificação e redução de impostos e na desoneração da folha de pagamento para geração de emprego e renda.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (UNIÃO - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar cada um dos colegas presentes nesta Casa e ressaltar uma assertiva bíblica constante do Pentateuco, especialmente em Gênesis: "*Ganharás o teu sustento com o suor do teu corpo*".

Por que trago esta passagem bíblica aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados? Porque nós temos observado com muita preocupação o que tem acontecido do Norte ao Sul deste País, particularmente, com todo o respeito, nos Estados do Nordeste. Hoje nós temos 13 Estados do nosso País em que o número de beneficiários do Auxílio Brasil supera, em muito, o número de trabalhadores formais.

Para termos uma dimensão deste problema, no Estado do Maranhão, para cada trabalhador formal existem dois beneficiários do Auxílio Brasil, ou de um programa assistencial do Governo Federal.

O que eu quero dizer claramente com isso? Quero dizer que, não obstante a relevância dos benefícios sociais, a conta não fecha. O cálculo não será fechado. O Orçamento público é composto basicamente de receita e de despesa. Se não gerarmos receita por intermédio do trabalho honesto, do trabalho correto, não será possível mantermos os benefícios assistenciais e os benefícios sociais. Qualquer discurso em sentido contrário é mentira, é enganação, é engodo.

Qual é a nossa preocupação, portanto, ao apresentá-lo à Casa do Povo? Que possamos dar andamento às reformas estruturantes do Estado brasileiro, com

particular ênfase à reforma tributária, para que ela traga consigo intrinsecamente três pilares essenciais, sem os quais nós não podemos superar esta causa.

O primeiro é que se entregue à sociedade brasileira a simplificação tributária.

O segundo, que não haja impacto orçamentário, que não haja mais tributos para a população brasileira, que não aguenta mais pagar tantos impostos.

O terceiro, que se possa agregar a desoneração da folha de pagamento, fazendo-se com que mais setores sejam desonerados, para que mais empregos sejam gerados, mais pessoas possam contribuir para a Previdência Social e nós possamos manter ou gerar benefícios em nosso País.

Não existe valor mais relevante em uma República do que o trabalho. Que possamos, como membros do Parlamento brasileiro, lutar juntos, pouco importa se esquerda, direita ou centro, para garantirmos emprego e renda para as pessoas. Somente com emprego, somente com renda, somente com trabalho é que poderemos ajudar especialmente as classes menos favorecidas.

Reforma tributária já!

Sem aumento de impostos!

Garantia de emprego e de renda para o nosso País!

Muito obrigado.

Documento 8/12

46.2023	Sessão Ordinária - CD	12/04/2023-19:36
Publ.: DCD - 4/13/2023 -	Reinhold Stephanes-PSD -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Clima de radicalismo reinante no País. Descaracterização do marco legal do saneamento básico. Realização da reforma tributária.

O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, caro Deputado Lafayette de Andrada.

Presidente Marcos Pereira, é muito bom retornar a esta Casa. Estamos passando por um momento difícil, diferente da legislatura passada. É um

momento de muito radicalismo no Brasil, especialmente em relação aos costumes, que eu espero não sejam implantado, e também de visão econômica.

Desejo que este Congresso possa equilibrar as questões, incluindo o Marco do Saneamento, cuja medida provisória está descaracterizando a lei aprovada na legislatura anterior. O Brasil precisa de uma nova reforma tributária e de muitas outras medidas.

Eu quero apenas dizer que vou trabalhar com muito afinco, mas de forma moderada, com o pensamento forte, pelo Brasil.

Muito obrigado, senhores.

Documento 9/12

46.2023	Sessão Ordinária - CD	12/04/2023-20:24
Publ.: DCD - 4/13/2023 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Exigência de cumprimento pelo Governador do Estado da Paraíba, João Azevêdo Lins Filho, de promessas da campanha eleitoral relativas à área da segurança pública. Presença no plenário da Suplente de Deputado Estadual da Paraíba, Capitã Rebeca. Balanço negativo dos 100 primeiros dias do Governo Luiz Inácio da Silva. Desmoralização do Congresso Nacional pelo Supremo Tribunal Federal e pelo governo petista. Imobilismo da Câmara dos Deputados diante da violência no ambiente escolar. Necessidade de aprovação, pelo Poder Legislativo, de matérias de interesse da população brasileiro. Defesa de aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2023, para sustação dos efeitos do Decreto nº 11.467, de 2023, a respeito dos serviços públicos de saneamento básico.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, servidores da Casa e população brasileira, irei utilizar o tempo de 8 minutos da Liderança da Oposição em duas partes. Primeiro, vou cobrar do nosso Governador, o Sr. "João Malvadeza" — assim conhecido lá na Paraíba —, aliado de primeira hora do desgoverno Lula, para que ele cumpra, já que ele está no seu segundo mandato, suas promessas de campanha, em especial no que se refere à segurança pública.

O Governador prometeu muito — para enganar os eleitores —, conseguiu ser reeleito, e até agora não tirou do discurso político das eleições lá de outubro de 2022 e colocou na mesa, no papel, as promessas feitas, sem respeitar as

próprias palavras.

Quero agradecer à Capitã Rebeca a presença, ela é lá da Paraíba também — é uma satisfação imensa —, suplente, Deputada Estadual. Batalhou muito conosco lá no nosso Estado.

Pois é, Sr. Presidente, a Paraíba tem o pior salário do País, não entrega segurança pública de qualidade à sociedade. O Governador prometeu na campanha política, e infelizmente até agora não cumpriu as suas promessas de campanha. Já passaram 100 dias. Mas ele não está no primeiro mandato, ele foi reeleito, por meio do maior esquema de corrupção da história da Paraíba, o chamado "Calvário". E é aliado do desgoverno Lula, obviamente — não poderia ser diferente.

Dito isso, Sr. Presidente, eu faço um apelo a esta Casa para que dê atenção ao sofrimento da população brasileira. O desgoverno Lula completou 100 dias, em que a vida do povo foi prejudicada como nunca. As empresas não querem mais ficar no Brasil. Recursos foram retirados de forma recorde da poupança. São fatos, não narrativas, que o desgoverno Lula adora.

O desmatamento bateu recordes. E o que fez a Ministra Marina Silva, que aparece de 4 em 4 anos, nas eleições? Não participa de nada nos debates políticos do nosso País, aparece de 4 em 4 anos e agora foi agraciada com o Ministério do Meio Ambiente pelo desgoverno Lula. O que foi que ela fez para dar resposta, Sr. Presidente? Colocou a culpa no ex-Presidente Bolsonaro. Vejam só a situação do desgoverno Lula. Nada funciona neste Governo!

O MST recebeu carta branca, não tem o mesmo tratamento — imaginem o que seria feito se alguém do lado de cá estivesse invadindo propriedade privada! Estaria preso, e a chave já teria sido jogada fora.

Os impostos, Sr. Presidente, aumentaram como nunca. Põem imposto em tudo que podem no Brasil, e o povo brasileiro sangrando, pagando impostos para alimentar a máquina, que não fica saciada, que é a máquina do PT. Os cargos comissionados foram aumentados consideravelmente, a lista de Ministérios não acaba mais.

A farra com o dinheiro público voltou — 10 bilhões de reais para a Lei Rouanet, e o povo recebeu só 18 reais de aumento do salário mínimo real. E não adianta colocar a culpa no ex-Presidente Bolsonaro, quem está com a caneta é o descondenado Lula. São fatos, Sr. Presidente.

O Imposto de Renda ficou só na promessa. Nada sai do papel no desgoverno Lula, a não ser empregar Ministros envolvidos com milícia, com rachadão — falavam de rachadinha; no caso, é rachadão. Do orçamento secreto falavam a todo momento. Utilizaram quase meio bilhão de reais com orçamento secreto e agora ficam com cara de paisagem, nem sequer abrem a boca para falar de orçamento secreto. Agora *"é emenda de Relator, é emenda de Relator"*. É uma

cara de pau jamais vista, Sr. Presidente!

O ataque constante ao Banco Central, à sua independência, que este Parlamento aprovou. Isso passou no Congresso Nacional, tão desrespeitado, tão desmoralizado. Eu fico até com receio de dizer estas palavras, mas a verdade, Sr. Presidente, é que o Congresso Nacional hoje praticamente não tem função social.

O STF desmoraliza o Congresso a todo momento. E o desgoverno do Lula agora faz um decreto atacando o Marco do Saneamento Básico, que este Congresso aprovou — por meio de decreto, Srs. Parlamentares!? Isso é muito grave. Ele exorbitou da sua competência de legislar, Srs. Parlamentares. E V.Exas. continuarão, não digo a maioria, obviamente, fazendo cara de paisagem. É melhor fechar o Congresso e dar a chave a Lula e ao STF. O Congresso tem que se impor e cumprir o seu dever constitucional. Chega de omissão, chega de prevaricação! Precisamos urgentemente dar uma resposta à população.

Para concluir o nosso tempo, digo que amanhã acabará a sessão ordinária — amanhã é o último dia. O que aprovamos nesta semana para o povo brasileiro? A máquina foi gasta neste Parlamento, com servidores, com passagens aéreas, com os nossos salários, e o que aprovamos de bom para o povo brasileiro? Digam-me aí, por favor. Isso é uma vergonha, amigos!

Primeiro, houve ataque a escolas já em quatro Estados da Federação brasileira, e o Parlamento não deu uma resposta sequer. Aí o povo cobra, Srs. Parlamentares. Era para termos tido aqui, Deputado Gilvan, o mínimo de consideração e aprovado algo para darmos uma resposta à sociedade. Mas, não, continuamos aqui fazendo cara de paisagem.

Quando chegamos aos Estados, a população cobra, e cobra com razão. Aprovamos o quê, Deputado Gilvan, aqui? O que foi que aprovamos aqui, Deputado Sargento Portugal? Deputado José Nelto, o que foi que nós aprovamos aqui esta semana de benefício para o povo? Nada!

Há ataques em escolas, e o Parlamento, de braços cruzados. Continuamos sem ouvir os anseios da sociedade. Então, para que existe o Parlamento, se estamos aqui representando o povo?

Sr. Presidente, é importante que este Parlamento aprove, na semana que vem, projetos de interesse da população com relação aos ataques às escolas — psicopatas precisam ser contidos urgentemente.

Segundo, Sr. Presidente, para reaver o dever constitucional do Congresso Nacional, precisamos aprovar o PDL que susta o decreto do desgoverno Lula com relação ao Marco do Saneamento Básico. Está mais do que provado, Srs. Parlamentares, que o Estado não tem condições de levar água encanada e saneamento básico para a população brasileira. Isso é fato. Ou alguém tem

dúvida disso? Alguém dúvida disso?

Aí, o que acontece? Para agradar Rui Costa, o pai dos respiradores, que comprou respiradores numa empresa de derivados de produtos da maconha e que está querendo salvar o contrato de Salvador — Rui Costa, o Ministro da Casa Civil —, o desgoverno Lula faz um decreto rasgando o Marco do Saneamento Básico, que este Parlamento aprovou. Isso é uma vergonha para o Parlamento!

Então, essas duas medidas precisam ser aprovadas. Eu já as encaminhei à Liderança da Oposição, para amanhã discutirmos com o Presidente da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 10/12

47.2023	Sessão Ordinária - CD	13/04/2023-10:20
Publ.: DCD - 4/14/2023 -	Merlong Solano-PT -PI	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Simultaneidade do aumento da concentração de riqueza e da pobreza extrema no contexto mundial. Defesa de tratamento das políticas econômica, fiscal e monetária como políticas de Estado. Supervalorização das taxas de juros praticadas no País. Rediscussão da autonomia do Banco Central do Brasil. Importância do equilíbrio entre a política fiscal e o desenvolvimento econômico. Realização de reforma tributária simplificada. Estabelecimento de novo arcabouço fiscal pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Professora Luciene Cavalcante, solicito a V.Exa. que agregue o meu tempo da Liderança ao dos breves comunicados.

Muito bom dia, Sra. Presidente, colegas Deputadas e Deputados.

A história do mundo registra que os grandes impérios, quando chegaram ao ápice do seu poder, começaram um processo de desagregação, justamente porque naquele momento os instrumentos de dominação foram se tornando cada vez mais presentes, cada vez mais perversos. Assim, a ruptura terminou surgindo como solução a essas grandes unidades históricas.

Na área da economia, nós, aqui no mundo, estamos vivendo um processo similar, em que a concentração da riqueza e o aumento da pobreza extrema se

dão *pari passu*, dão-se simultaneamente.

Agora mesmo, em Davos, o relatório da Oxfam, a partir de dados mundiais de órgãos como a ONU, dá conta de que a riqueza e a pobreza extrema cresceram simultaneamente nos últimos anos, principalmente desde 2020, de tal sorte que o 1% mais rico da sociedade humana já concentra cerca de dois terços de toda a riqueza produzida pela sociedade humana.

Nesse ritmo, a concentração da riqueza vai se tornando uma espécie de câncer que corrói a economia e a sociedade e nos encaminha para um ambiente de ruptura de todo o tecido social. E o processo vem se agregando cada vez mais com força.

Em 2010, apenas 388 pessoas tinham riqueza equivalente à metade mais pobre da humanidade. Em 2014, já caiu para 85 pessoas. Em 2015, 62 pessoas detinham riqueza equivalente à metade mais pobre da humanidade.

No Brasil, seguimos o mesmo ritmo, o número de bilionários aumenta com uma participação cada vez maior na riqueza produzida pela economia brasileira. O 1% mais rico do Brasil já chega à metade da riqueza do País, já chega a ser equivalente àquilo que é apropriado pela metade da população mais pobre do Brasil.

E nós temos uma particularidade em relação ao restante do mundo. Os dados da revista *Forbes* mostram que, dos dez brasileiros e brasileiras mais ricos, multibilionários, sete saem do setor financeiro. Esta é uma questão que se coloca como das mais graves: o Brasil trabalha diuturnamente para concentrar um volume cada vez maior de riqueza no setor financeiro.

Sabemos que o setor financeiro tem um papel importante para a nossa sociedade e para a nossa economia. O financiamento do desenvolvimento em longo prazo deveria ser a maior responsabilidade do setor financeiro, e não apenas acumular riqueza em tão poucas mãos, em tão poucas mãos.

Sabemos que essa concentração é alimentada também em parte pelo déficit público, que termina gerando uma situação tal que favorece as altas taxas de juros, embora não possamos dizer que haja uma relação totalmente direta entre taxa de juro e déficit público. Isso porque, nos países mais ricos, o déficit público é grande, é maior do que o déficit público do Brasil, e, ainda assim, eles estão praticando taxa de juros reais negativos.

E não podemos fazer de maneira mecânica essas comparações, porque se trata de economias muito diferentes. Dada toda uma evolução histórica, os Governos e a economia daqueles países funcionaram de uma maneira tal que o setor econômico acredita mais nas políticas implementadas pelo setor público, e isso favorece a manutenção de taxas de juros mais baixas.

Nós temos que trabalhar aqui no Brasil nesse sentido, para que a política

econômica, a política fiscal, a política monetária sejam um instrumento, sejam políticas de Estado, para que haja um regramento básico, e, independentemente de quem seja o Governo, pratiquemos uma política monetária que não inviabilize os negócios e, ao mesmo tempo, uma política fiscal que não aumente a dependência do financiamento do setor público em relação a uma dívida pública cada vez maior.

Precisamos trabalhar nisso com muita vontade, com muita precisão, porque, neste momento, o Brasil continua praticando uma taxa de juro básica de 3,75%, com uma inflação em queda. A inflação acumulada nos últimos 12 meses é de 4,65%. Portanto, se fazemos a diferença, encontramos uma taxa de juro real de 9,1%. É isso mesmo. O juro real praticado do Brasil já passa de 9%, o que é uma coisa que, absolutamente, não condiz com as necessidades da nossa sociedade e que inviabiliza os negócios produtivos. Isso precisa ser resolvido.

Eu tenho consciência de que não se resolve uma questão como essa na base da canetada. Nós precisamos enfrentar os alicerces dessa situação, que nos levou a uma taxa de juros tão apreciada, tão supervalorizada. Aqui entra a questão da autonomia do Banco Central, que tem que ser rediscutida por esta Casa. Essa autonomia não pode ser em relação à sociedade, não pode ser em relação ao Poder Executivo eleito pelo povo e avaliado pelo povo a cada 4 anos. E o Banco Central não pode ter dependência do setor financeiro, porque é de lá que sai a maior parte dos diretores do Banco Central, e é para lá que eles voltam depois que cumprem a quarentena, quando saem do Banco Central. Essa questão tem que ser enfrentada.

A questão fiscal também tem que ser enfrentada, independentemente de qual seja o Governo. Não é razoável que o déficit público permaneça continuamente, ao longo de sucessivos anos. Precisamos trabalhar para termos condição de combinar uma política fiscal que, ao mesmo tempo, reduza progressivamente o déficit público até zerá-lo, mas sem abrir mão de investimentos que proporcionem o crescimento da economia, porque a maneira mais saudável de ter equilíbrio fiscal é justamente quando você implementa políticas que fazem a economia crescer.

Outra trava muito importante que incentiva esses juros elevados e garroteia a nossa economia é o nosso sistema tributário. É um sistema tributário caótico, um manicômio tributário que aumenta as despesas que as empresas sérias têm que realizar apenas para calcular os seus tributos, dada a miscelânea de legislação que se espalha pelas cidades e pelos Estados e também pela enorme legislação federal que as empresas são obrigadas a observar. Isso deve ser enfrentado através de uma reforma tributária que simplifique o sistema; que rompa com a cumulatividade; que implemente o imposto no destino, como é feito na maior parte do mundo; que estabeleça o imposto sobre o valor agregado, eliminando a bitributação. Isso tudo precisa ser enfrentado dentro de uma reforma que está em concepção no âmbito do Governo e já em discussão nesta Casa. Mas já existem interesses poderosos trabalhando contra a reforma tributária, porque entendem que esse ambiente caótico é o espaço mais

propício inclusive para a sonegação.

Então, o Governo do Presidente Lula, que sabiamente apresentou um novo marco fiscal muito inteligente, estabelecendo controle sobre a evolução da despesa, sem abrir mão do investimento, da capacidade de investimento, precisa se debruçar agora mais severamente sobre a forma de acumular forças políticas dentro desta Casa e na sociedade para a aprovação de uma reforma tributária que simplifique o sistema tributário e que comece a resolver o seu outro grave problema: a regressividade, que termina obrigando os mais pobres a pagarem mais impostos, proporcionalmente, do que os mais ricos.

Esse é o caminho que precisamos seguir para ter credibilidade e estabilidade econômica no nosso País, independentemente de qual seja o Governo.

Sra. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nas redes de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 11/12

47.2023	Sessão Ordinária - CD	13/04/2023-13:43
Publ.: DCD - 4/14/2023 -	Fernando Mineiro-PT -RN	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Balanço positivo dos 100 primeiros dias do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.
Reativação dos laços diplomáticos do Brasil com parceiros estratégicos, retratada na viagem oficial do Presidente Lula à República Popular da China.
Reconstrução do País pelo governo petista.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FERNANDO MINEIRO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna nesta data para registrar nos Anais desta Casa, bem como nos veículos de comunicação, artigo de minha autoria em que faço um balanço dos 100 primeiros dias do novo mandato do Presidente Lula:

100 dias de reconstrução do Brasil

Os 100 primeiros dias do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram marcados pelo início da reconstrução do Brasil. Esse processo está alicerçado em quatro diferentes bases: restauração da democracia e do diálogo, resgate dos programas sociais, retomada das políticas ambientais e reestruturação das contas públicas com a apresentação da nova regra fiscal e a priorização da reforma tributária. Essas iniciativas combinadas traduzem, na prática, o compromisso do governo com a melhoria da vida do povo brasileiro, o combate às desigualdades e a soberania nacional. Os avanços, apesar do pouco tempo, já foram muitos.

Esse processo de reconstrução não seria possível se o presidente Lula, já em seu pronunciamento de posse, não tivesse assumido a responsabilidade de restaurar a democracia brasileira, enfraquecida desde o golpe de 2016, atacada ferozmente pelo governo de extrema-direita que nos antecedeu e ferida violentamente pelos atos terroristas do dia 8/1 em Brasília (DF).

Outra iniciativa importante desse período foi o restabelecimento do diálogo com os movimentos sociais, após anos de desmonte das estruturas de interlocução popular, através do lançamento do Conselho de Participação Social. A reativação desse espaço de escuta democrática é uma forma de assegurar que a voz do povo será de fato levada em consideração na formulação e execução das políticas públicas.

É inegável que a principal marca do início do governo é a

volta dos programas sociais que, ao longo de 13 anos de governos do PT, levaram dignidade a milhões de pessoas, reduziram a pobreza e tiraram o país do mapa mundial da fome: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Mais Médicos. Ao resgatar esses projetos, o presidente sinalizou que o povo, em especial a população mais vulnerável, será tratado novamente com prioridade no país.

A recriação e ampliação do Bolsa Família representou o cumprimento de uma das principais promessas de campanha do presidente Lula. O programa foi fortalecido com o pagamento do benefício de R\$ 600, acrescido de valores extras para crianças, adolescentes e gestantes, com um investimento anual de R\$ 58 bilhões. Atualmente, 21,9 milhões de lares estão incluídos nesta que é reconhecida mundialmente como uma das experiências mais exitosas de redução da miséria, distribuição de renda e justiça social.

O combate à fome, prioridade em nosso governo, inclui outras ações igualmente importantes, como a correção do salário mínimo acima da inflação depois de seis anos sem aumento real, o reajuste da merenda escolar em até 39% com o reforço do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A retomada do “Minha Casa Minha Vida”, maior programa habitacional da história do país, representa a esperança da conquista de um lar para milhões de famílias que ainda não possuem a própria moradia. A meta do Governo Federal é contratar 2 milhões de unidades residenciais até 2026. Desse

total, 50% serão destinadas a famílias que se enquadram na Faixa 1, com renda bruta de até R\$ 2.640.

Na área da saúde, a volta do “Mais Médicos”, com investimento de R\$ 712 milhões somente em 2023, significa a garantia de atendimento a milhões de pessoas que estavam desassistidas. De acordo com o Ministério da Saúde, 15 mil novas vagas serão abertas em todas as cidades do país, com prioridade para a seleção de profissionais brasileiros formados em território nacional.

Esses 100 dias também representam novos tempos para a educação. Entre as medidas implementadas para reverter o desmonte promovido pelo governo anterior estão o reajuste das bolsas de pesquisa, mestrado e doutorado; o aumento de 15% do Piso Nacional do Magistério; e a liberação de mais de R\$ 250 milhões para obras escolares paralisadas em todo o Brasil.

O Brasil que vem sendo reconstruído nos últimos 100 dias é um país que também protege as mulheres, combate o racismo e valoriza a nossa cultura. Lula relançou o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), com foco no combate ao feminicídio, liberou recursos para construção de 40 Casas da Mulher Brasileira e enviou o projeto de lei para regulamentar a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham a mesma função.

Visando à promoção da igualdade racial, o presidente sancionou a lei que iguala a injúria racial ao crime de racismo, assinou um decreto determinando a reserva de vagas para pessoas negras na administração pública e lançou o

programa Aquilomba Brasil. O apoio à arte também voltou com a recriação do Ministério da Cultura. Entre outras políticas para o setor, Lula regulamentou o financiamento cultural através das leis Rouanet, Paulo Gustavo, Aldir Blanc e Cultura Viva.

O presidente Lula também deu a largada na nova agenda ambiental do país, começando a reverter os inúmeros retrocessos dos últimos quatro anos. O reestabelecimento do Fundo Amazônia para financiar ações de redução do desmatamento, a revogação do incentivo ao garimpo ilegal e a criação do Ministério dos Povos Indígenas, além do enfrentamento ao extermínio do povo Yanomami, comprovam que o tempo de “passar a boiada” terminou.

Em outra frente do projeto de reconstrução do país, a proposta da nova regra fiscal, apresentada mais recentemente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está alinhada com outra promessa defendida durante a campanha pelo presidente Lula: colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda. Isso significa que, ao contrário de outros momentos em nossa história, dessa vez quem vai pagar a conta do ajuste econômico não serão os mais pobres, mas sim os mais privilegiados.

A reforma tributária, tema central para a retomada do desenvolvimento do país, é outra pauta prioritária que vem sendo discutida pelo governo. É importante destacar que, ao contrário do que imaginam muitas pessoas, esse debate não interessa somente a empresários, mas também aos trabalhadores e às trabalhadoras, porque dele depende a

implementação do programa de governo que venceu as últimas eleições.

O Brasil também voltou a ser respeitado no mundo graças ao resgate do nosso prestígio internacional, com a retomada da tradição da política externa brasileira pelo presidente Lula. Em sua primeira viagem ao exterior, ele visitou a Argentina e o Uruguai, sinalizando para a importância da integração da América Latina. Além disso, recebeu o chanceler alemão Olaf Scholz, retomando a aliança estratégica entre Brasil e Alemanha.

A viagem aos Estados Unidos, no início de fevereiro, foi outro passo no sentido de reposicionar o país no mundo. Lula foi recebido pelo presidente norte-americano Joe Biden, na Casa Branca, na capital Washington, para debater temas como meio ambiente e a relação comercial entre os dois países.

Nesta semana, o presidente irá à China, a convite do presidente Xi Jinping, em mais um esforço para recompor os laços diplomáticos com parceiros estratégicos, retirando de vez o país da condição de pária internacional.

O trabalho ainda está no início, mas, com a democracia assegurada, é possível construir a união nacional, sob a liderança do presidente Lula, para melhorar as condições de vida da população, gerar emprego e renda e garantir uma recuperação econômica sustentável para o país.

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 2.630, de 2020, sobre a instituição da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (projeto de lei das fake news). Debate pela Casa das propostas governamentais sobre a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o que está em jogo neste debate sobre a lei das *fake news* não é o debate apenas sobre as *fake news*, que tem que ser travado. Está em jogo o debate sobre os direitos individuais, que tem, sim, que ser travado, assim como o debate sobre as pessoas que têm sua intimidade exposta. Falo, igualmente, do debate sobre as minorias que temos que travar, minorias que não têm força e que, muitas vezes, são destruídas por *fake news* e por situações outras que precisam ser resolvidas.

Os países europeus já resolveram isso, ao darem o sinal do que querem para seus povos. Em abril do ano passado, foi aprovado um marco regulatório para os países europeus. Nosso País não pode, não deve ficar atrás. O Brasil também precisa dessa resposta, e isso passa por um Estado forte, mas não um Estado que não respeita a democracia. Aqueles muitos que não respeitam a democracia, hoje estão a defender a liberdade de expressão. Nós, não. Nós defendemos a liberdade de expressão, a democracia, defendemos a atualização e a modernização, para que possamos ter uma regulamentação como o País quer, como o País precisa e como o mundo já está fazendo.

Sra. Presidente, uma outra questão importante para se tratar é que nós temos aqui um compromisso com a população brasileira. Nós temos duas grandes tarefas: uma, é a reforma tributária; e a outra, mais imediata, é o debate sobre o arcabouço fiscal.

Nós carecemos de um momento de modernização, para que tenhamos condições de, nesta retomada do Brasil pela busca do seu pleno desenvolvimento, termos ferramentas, tanto no âmbito fiscal como no âmbito da segurança tributária e de arcabouço, que deem novamente ao setor produtivo nacional e ao mundo as condições para voltarmos a nos desenvolver e a ter um horizonte, um caminho. E a reforma tributária bem como o arcabouço fiscal são duas peças que não são só de governo, são políticas do Estado brasileiro e que nós todos aqui, independente de partido, temos a responsabilidade de abraçar e de resolver, para o povo brasileiro ter dias melhores no nosso País.
